

REVOLUÇÃO GAÚCHA DE 1923

Movimento revolucionário deflagrado no Rio Grande de Sul em janeiro de 1923, sob a liderança de Joaquim Francisco de Assis Brasil, em reação à reeleição de Antônio Augusto Borges de Medeiros para o quinto mandato como presidente do estado. A guerra civil prolongou-se até dezembro do mesmo ano, quando se encerrou com a derrota dos rebeldes e a assinatura do Pacto de Pedras Altas.

FEDERALISTAS E REPUBLICANOS

Na Primeira República, embora o Rio Grande do Sul tenha sido governado desde o início e de modo ininterrupto pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em 1882, ainda no Império, a política estadual caracterizou-se pela polarização partidária. De um lado, postavam-se os republicanos liderados por Júlio de Castilhos – “castilhistas” ou “pica-paus” –, inspirados no positivismo, presidencialistas e defensores da autonomia estadual, e, de outro, os adeptos do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, criado em 1892 por Gaspar Silveira Martins – “gasparistas” ou “maragatos” –, de raízes monarquistas, defensores do parlamentarismo como forma de governo e da revisão da Constituição. A forte tensão daí resultante se inseria no panorama de graves crises que pontilharam os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e de Floriano Peixoto (1891-1894), e que devem ser entendidas, segundo Antônio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, no quadro político geral de consolidação das novas instituições republicanas.

Júlio de Castilhos assumiu pela primeira vez o governo do estado em 15 de julho de 1891, mas já em 13 de novembro foi obrigado a renunciar, por ter declarado apoio ao presidente Deodoro da Fonseca, que dez dias antes havia fechado o Congresso Nacional e em função disso acabou por ser, ele também, obrigado a deixar a presidência. O acordo de Castilhos com o sucessor Floriano Peixoto – que queria evitar que o poder no Rio Grande do Sul caísse nas mãos de Silveira Martins – e seu retorno ao governo do estado em 25 de janeiro de 1893 levaram a oposição gasparista a emigrar para Argentina e Uruguai, onde foi planejada a invasão do estado e a deposição do próprio Castilhos. Este foi o início da Revolução Federalista (1893-1895), conflito que ultrapassaria as fronteiras do Rio Grande do Sul, estendendo-se a Santa Catarina e Paraná, de um lado, e ao Uruguai, de outro, além

de envolver também remanescentes da Revolta da Armada (1893-1894). Ao fim de 31 meses combates marcados pela violência de ambas as partes, registravam-se mais de dez mil mortos e estava definitivamente delineado o perfil da política rio-grandense na Primeira República.

Com a vitória dos republicanos sobre os federalistas, já em pleno governo de Prudente de Moraes (1894-1895), o final do século XIX assistiu à consolidação do poder pessoal de Júlio de Castilhos, agora já não apenas no PRR, mas principalmente no estado, sempre agindo de forma autoritária e fazendo uso da máquina governamental de modo fechar o caminho aos adversários. Em 1897, ao se aproximar o fim de seu mandato, Júlio de Castilhos deu início às articulações no interior do PRR para definir seu sucessor. Sua escolha recaiu no nome de Antônio Augusto Borges de Medeiros, então o mais jovem entre os republicanos tradicionais. Segundo Sérgio da Costa Franco, os adversários de Castilhos e de Borges afirmavam que a escolha “decorrera da circunstância de ser o último mais acessível e mais dócil à continuidade da liderança do ‘patriarca’”. Além dessa versão, o autor aponta também a afinidade ideológica existente entre os dois líderes gaúchos — ambos de formação positivista — como um fator importante nessa definição.

Candidato único ao pleito de 25 de novembro de 1897, Borges de Medeiros foi eleito e tomou posse em janeiro de 1898. O controle efetivo do PRR, no entanto, continuaria nas mãos de Júlio de Castilhos até seu falecimento, em 1903, quando então foi assumido por Borges, embora não sem resistência da parte de alguns líderes republicanos. Mas já então Borges havia sido reeleito presidente do estado, em 1902, em um pleito sem qualquer adversário – os federalistas se haviam recusado a participar do que consideravam uma fraude eleitoral, e os dissidentes do PRR ainda se apresentavam fracos e desorganizados.

Se a Castilhos coube construir a nova estrutura política no estado, a Borges de Medeiros coube a tarefa de consolidá-la, além de reorganizar a administração e a economia estaduais, desorganizadas pela instabilidade política dos primeiros anos da República. Para tanto, contou com o poder que lhe era assegurado pela Constituição estadual de 1891, que garantia ao presidente do estado o poder de anular resoluções tomadas pelas autoridades locais. Na prática, portanto, o poder de Borges – assim como o fora o de Castilhos – foi estabelecido e assegurado através da intervenção direta nas eleições locais. Borges não

apenas contava com o suporte da Brigada Militar, como o fato de o voto ser a descoberto lhe garantia, segundo Alzira Abreu, o poder de intervenção direta nas localidades em que o PRR não dispunha de maioria absoluta: nesses casos, não era permitido às oposições o registro de um número de eleitores suficientes para assegurar o controle do governo local. Segundo Joseph Love, Borges procurou atingir seu objetivo através do fortalecimento do federalismo e da ortodoxia financeira. E nesse processo, de acordo com Héglio Trindade, fez uso de um grande “senso de equilíbrio político” acoplado a um rígido controle da máquina partidária. Sua atuação à frente do PRR e do estado garantiu assim um longo período de estabilidade no Rio Grande do Sul, traduzido em sua permanência à frente do governo de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. É verdade que as eleições de 1907 transcorreram em clima de grande agitação. Naquela ocasião, enquanto Borges, após dois períodos seguidos de governo, desistiu de se candidatar ele próprio e indicou a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves, a oposição apresentou o nome de Fernando Abbott, antigo chefe do PRR em São Gabriel, que contou com o apoio de Assis Brasil e de considerável facção do Partido Federalista, além da dissidência republicana. Embora o candidato de Borges tivesse saído vencedor, aquele foi o primeiro grande momento de campanha política desde a Revolução Federalista. Já nas eleições seguintes, de 1912 e 1917, Borges concorreu como candidato único, o que garantiu sua permanência no governo, praticamente incontestável, por mais dois períodos, até 1923.

AS ELEIÇÕES DE 1922

Em 1921, ao mesmo tempo em que se preparavam as eleições de março de 1922 para a presidência da República, iniciaram-se no Rio Grande do Sul as articulações para as eleições do presidente do estado a serem realizadas em novembro também de 1922. Ainda em fins de abril de 1921, consultado oficialmente pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) sobre uma possível candidatura de Artur Bernardes à sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República, Borges de Medeiros, ao contrário de outras ocasiões, evitou se pronunciar. Ao mesmo tempo, aproveitou a oportunidade para criticar o processo de escolha dos candidatos à chefia do governo federal, que só divulgavam seu programa de governo depois da homologação da candidatura. Reagindo à chamada “política do café-com-leite” – prática estabelecida na Primeira República pela qual mineiros e paulistas se

alternavam na presidência da República –, passou a defender a prévia divulgação do programa de cada candidato, de modo a propiciar a escolha do melhor nome pelos convencionais, sem beneficiar necessariamente os representantes de Minas Gerais ou São Paulo. Segundo Joseph Love, politicamente, Borges temia que Artur Bernardes tentasse realizar alguma reforma constitucional de modo a fortalecer o governo federal, o que implicaria diretamente a redução da autonomia estadual e da força das correntes políticas dominantes em cada região. Por seu lado, a oposição gaúcha apoiou a indicação de Artur Bernardes, o que acabou dando, no estado, uma nova dimensão à campanha presidencial.

A escolha do político maranhense Urbano Santos como candidato a vice-presidente na chapa de Bernardes veio adicionar novos ingredientes à disputa eleitoral, ao provocar a ruptura entre o governo federal e os estados da Bahia e de Pernambuco – os mais importantes do Nordeste –, que se sentiram marginalizados. As forças dominantes nesses dois estados aderiram assim às do Rio Grande do Sul e do estado Rio de Janeiro, aglutinando-se em torno dos nomes do fluminense Nilo Peçanha – indicado por Borges de Medeiros – e do baiano José Joaquim Seabra, e formando o movimento da Reação Republicana. A reação desses estados, no entanto, não conseguiu se sobrepor à força política de Minas Gerais e São Paulo: nas eleições realizadas a 1º de março de 1922, Artur Bernardes foi eleito presidente do Brasil, muito embora tenha saído derrotado por larga margem no Rio Grande do Sul, onde recebeu 11.632 votos contra os 96.051 dados aos candidatos da Reação Republicana.

A disputa eleitoral no Rio Grande do Sul assumiu outra dimensão por se apresentar desde o início ligada à questão estadual, ou seja, à sucessão de Borges de Medeiros. Assim é que a vitória de Artur Bernardes acabou por garantir o apoio do governo federal às oposições gaúchas. De seu lado, Borges de Medeiros procurou retardar a questão sucessória, só se pronunciando a respeito em meados do ano, depois de pressionado pelas lideranças locais. Em agosto, criou uma comissão para avaliar as tendências dentro do PRR, cujos trabalhos tiveram seu resultado apresentado em fins de setembro através de um manifesto em que eram expostas as razões pelas quais os republicanos optavam pela reapresentação do nome de Borges como candidato à reeleição: em última instância, era o único suficientemente forte para “proteger” o Rio Grande do Sul durante o governo de Artur Bernardes.

Ainda mobilizada pela campanha da sucessão presidencial, a oposição gaúcha mostrou-se

decidida a enfrentar a candidatura de Borges de Medeiros, partindo para a escolha de um nome que se mostrasse capaz de unir suas três principais correntes: os federalistas, os antigos democratas de Assis Brasil e a dissidência republicana. Segundo Héglio Trindade, a reunificação das oposições no Rio Grande do Sul, “embora tendo origem nos descontentamentos oriundos da crise na pecuária”, decorreu “muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano de enfrentar novos desafios da crise econômica mundial”. Ainda segundo o mesmo autor, a estruturação das oposições já estava em curso desde antes da crise que atingiu a economia agromercantil gaúcha depois da Primeira Guerra Mundial. Com a retração do mercado então ocorrida, os produtores solicitaram, ainda em 1922, a intervenção do estado em sua defesa. Borges, entretanto, manteve sua orientação positivista, contrária ao protecionismo estatal e à concessão de privilégios a setores específicos da produção, comprometendo-se apenas a encaminhar as reivindicações ao governo federal e à bancada do estado no Congresso.

Com interesse ou não, o fato é que a intermediação de Borges de Medeiros junto ao governo de Epitácio Pessoa mostrou-se totalmente ineficaz. Esse insucesso, mais as notícias de execuções de títulos de fazendeiros endividados, alimentou o descontentamento entre os criadores gaúchos, favorecendo assim a atuação das oposições, que já contavam com o apoio de significativos setores urbanos. Segundo Maria Antonieta Antonacci, a arregimentação política realizada então pela oposição foi grandemente facilitada por esse desconforto que se estabeleceu entre os setores ligados à pecuária e o governo borgista.

Em meados de outubro de 1922, pouco menos de um mês após a confirmação do nome de Borges de Medeiros pelos republicanos, as oposições gaúchas lançaram um manifesto apresentando o nome de Assis Brasil. O pleito, realizado novembro – mesmo mês em que Artur Bernardes tomou posse –, foi precedido de boatos sobre a iminência de um levante contra o governo estadual, e seguido por acusações de fraudes, partidas de ambos os lados. A apuração foi conduzida por uma comissão de três deputados (Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto), que a 17 de janeiro de 1923 declarou a vitória de Borges com 106.360 votos, contra 32.216 de Assis Brasil.

Com maioria na Assembleia Legislativa, os republicanos rapidamente proclamaram a reeleição de seu líder. Oficialmente, segundo a apuração da comissão, Assis Brasil só

obtivera maioria no município de São José, muito embora tivesse recebido votação expressiva na região da campanha gaúcha (onde os federalistas sempre haviam sido fortes) e na capital (onde a fraude era mais difícil, segundo Joseph Love).

A REVOLUÇÃO

A reeleição de Borges de Medeiros foi contestada pela oposição gaúcha, que denunciou a existência de fraude, procurando assim provocar a intervenção federal no estado. Logo após a divulgação dos resultados, Assis Brasil ainda tentou a criação de um tribunal arbitral, a ser constituído por quatro deputados estaduais, um federal e um senador de cada facção, sob a presidência de Artur Bernardes. Borges de Medeiros condicionou sua aceitação a que o arbitramento tivesse apenas um desempatador, Artur Bernardes. A recusa do presidente da República foi definitiva, por considerar seu envolvimento incompatível com o exercício do cargo. Sua negativa foi determinante para que Assis Brasil e seus partidários optassem pela via das armas, com a intenção de provocar a intervenção federal no Rio Grande do Sul.

No dia marcado para a posse de Borges de Medeiros, 25 de janeiro de 1923, teve início mais um movimento revolucionário no estado voltado para a deposição do novo governo. A correlação de forças, no entanto, se mostrou desde o início desfavorável aos rebeldes: enquanto Borges conseguiu mobilizar cerca de 12 mil homens junto aos efetivos da Brigada Militar e dos corpos provisórios – tropas irregulares, legalistas, compostas por civis –, os rebeldes só conseguiram arregimentar a metade desse número. Para fazer frente a essa desproporção, os rebeldes foram obrigados a adotar uma estratégia específica, fragmentando as tropas e comandos. Assim, por meio de uma série de levantes regionais, as oposições procuravam garantir o afastamento dos republicanos de todos os cargos e a anulação da Constituição estadual castilhistas. Segundo Artur Ferreira Filho, “a Revolução de 1923 não obedeceu ao critério de um comando geral, como sucedeu em [18]35 e [18]93. Nas diversas ocasiões, os caudilhos organizaram colunas ligeiras, independentes umas das outras”.

Na frente política, em face dessa desproporção, Assis Brasil decidiu ir ao Rio de Janeiro em busca do apoio dos governos federal, paulista e mineiro. Seu esforço se mostrou, todavia, em vão. Se, de um lado, os dirigentes de Minas Gerais e São Paulo se recusaram

terminantemente a intervir diretamente na política interna de outra unidade da Federação, de outro, o presidente da República manteve-se evasivo. Bernardes, na realidade, via-se pressionado pelas divergências que havia nos altos escalões militares quanto à situação no Rio Grande do Sul, e por sua própria situação junto à oficialidade, abalada desde a campanha eleitoral com o episódio das “cartas falsas”, o que não lhe permitia arriscar em questões como a que se apresentava.

Assim isolados, os rebeldes – pejorativamente chamados pelos republicanos de “maragatos”, em alusão direta à Revolução Federalista de 1893-1895 – adotaram a guerra de movimentos, evitando embates diretos, com a intenção de sustentar a luta até que o governo Bernardes decretasse a intervenção no estado. Nesses combates, destacaram-se alguns caudilhos como Estácio Azambuja, Zeca Neto – este principalmente pela extrema mobilidade da cavalaria sob seu comando –, Leonel Rocha e Filipe Portinho, mas principalmente Honório Lemes, o maior e mais popular deles, cuja tropa foi responsável pela derrota dos mercenários comandados por Nepomuceno Saraiva, contratados por Borges de Medeiros. Do lado legalista, podem ser identificados alguns oficiais como Valzumiro Dutra, Firmino Paim Filho, Claudino Nunes Pereira, entre outros. Começaram a se destacar também nomes que alcançariam maior projeção na política nacional a partir da Revolução de 1930, como João Batista Luzardo, Francisco Antunes Maciel Filho (que, como deputado federal, teve atuação decisiva na mediação do tratado de paz) e Aníbal Barros Cassal, do lado dos rebeldes, e José Antônio Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, entre os republicanos.

Uma primeira tentativa de pacificação foi feita pelo governo federal ainda em abril de 1923, por intermédio de Augusto Tavares de Lira, então ministro do Tribunal de Contas. Ao chegar a Porto Alegre no início de maio, Tavares de Lira trazia consigo um plano de pacificação acertado em comum acordo com o presidente Artur Bernardes e com o ministro da Justiça, João Luís Alves. Sua linha básica se resumia a três pontos: a não discussão da legitimidade do novo governo de Borges de Medeiros; a concessão de ampla anistia aos rebeldes; e a reforma da Constituição gaúcha, de modo a, entre outros aspectos, ficar vedada a reeleição do presidente do estado. Com base nesses três pontos, Tavares de Lira, em sua missão, buscou inicialmente o entendimento com Borges de Medeiros. Além disso, procurou ampliar as informações a serem passadas ao presidente da República,

entrevistando-se também com o arcebispo de Porto Alegre, dom João Becker, com o comandante da Região Militar, e, por fim, com uma comissão de oficiais do Exército. Por seu lado, Artur Bernardes assumiu a responsabilidade de se entender com Assis Brasil, Antunes Maciel e representantes republicanos da bancada federal gaúcha.

Os esforços federais, no entanto, somente encontrariam maior eco junto aos rebeldes a partir do momento em que estes tiveram a certeza de que se haviam esgotado todos os esforços para a obtenção de apoio junto a Minas e São Paulo, e de que não poderiam contar com a intervenção federal no estado. Somente então, frente à derrota militar que se mostrava inevitável, os rebeldes passaram a buscar uma paz honrosa para o conflito.

Em fins de outubro de 1923, o general Fernando Setembrino de Carvalho, então ministro da Guerra, foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes para substituir o ministro Tavares de Lira na função de mediar a pacificação no Rio Grande do Sul. Gaúcho de nascimento – embora afastado havia mais de 20 anos das lutas partidárias de seu estado –, Setembrino de Carvalho procurou inicialmente estabelecer contato com Assis Brasil, que ainda se encontrava na capital federal, dele ouvindo a principal exigência apresentada em nome das oposições coligadas: o afastamento de Borges de Medeiros da chefia do governo estadual. A ele, o ministro da Guerra fez ver, contudo, a impossibilidade de Bernardes endossar tal reivindicação, uma vez que já havia reconhecido a legitimidade das eleições; por essa razão, o presidente da República se via obrigado a sustentar a permanência de Borges no governo gaúcho. Também na capital federal, antes de embarcar para o Rio Grande do Sul, Setembrino encontrou-se com os deputados republicanos Nabuco de Gouveia e João Simplício de Carvalho, que já vinham interferindo oficiosamente no desenvolvimento da situação, de modo a ajudar o governo federal em seus esforços para promover um entendimento entre as partes.

Depois desses contatos iniciais, o general Setembrino de Carvalho viajou para o Rio Grande do Sul, aí constatando, junto aos chefes em armas, a dose de insegurança a respeito da vitória provocada pelas derrotas consecutivas que haviam desarticulado por completo as forças rebeldes – estas, ao se verem sem liberdade de ação, se embrenharam desordenadamente pelas matas.

No início de novembro, Setembrino teve oportunidade também de conferenciar com Borges de Medeiros. O primeiro encontro deu-se no dia 2, no palácio Piratini, sede do governo

gaúcho, e nele o ministro da Guerra deixou clara para o líder republicano a posição do presidente da República, no sentido de manter o reconhecimento da legitimidade de sua eleição. Desse modo, o militar procurava a eliminar qualquer desconfiança por parte de Borges e facilitar o estabelecimento de um armistício entre as partes, que conseguiu fazer vigorar a partir do dia 7.

Nas conferências realizadas após o armistício, um mesmo ponto se colocava como maior entrave à definição do acordo: a forma de escolha do vice-presidente do estado. Com base na Constituição estadual vigente, Borges de Medeiros insistia sempre que essa escolha deveria ser feita diretamente pelo presidente: temia que a realização de eleições para preencher o cargo pudesse não apenas provocar a derrocada da Carta estadual, como resultar em maiores poderes para a Câmara dos Deputados, e, conseqüentemente, na redução dos poderes do presidente do estado.

As negociações chegaram a novo impasse nos primeiros dias de dezembro, quando o general Setembrino de Carvalho apelou para o deputado Francisco Antunes Maciel Júnior, que, embora partidário de Assis Brasil, se mostrava favorável a um acordo que mantivesse Borges de Medeiros à frente do governo gaúcho. Sua atuação, segundo Hélio Silva, foi decisiva para que fossem efetivamente removidos os últimos obstáculos, por parte dos rebeldes, à definição do acordo de paz. Assim, aceitando Assis Brasil a nova proposta apresentada pelo governo federal, em 14 de dezembro de 1923 foi assinado o Tratado de Pedras Altas, ratificado no dia seguinte por Borges de Medeiros. De todas as exigências apresentadas pelos rebeldes, o Tratado de Pedras Altas só não contemplou a deposição imediata do presidente gaúcho, a quem, no entanto, ficaram vedadas novas reeleições. Ficavam aceitas também exigências como o fim do voto às claras e a nomeação dos vice-presidentes e vice-intendentes municipais.

Segundo Hélgio Trindade, a Revolução Gaúcha de 1923 foi responsável pela institucionalização da oposição liberal, que até então ocupava um espaço marginal em relação ao sistema político dominante. Já em janeiro de 1924, as Oposições Coligadas – representadas por federalistas, democratas e republicanos dissidentes, e tendo como principais líderes João Batista Luzardo, Plínio Casado, Augusto Simões Lopes Filho e Raul Pilla – se uniriam formalmente na Aliança Libertadora, sob a liderança de Assis Brasil, para lutar pela liberdade política, baseada no princípio representativo, e dar combate à

situação dominante no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o Pacto de Pedras Altas não chegou a promover a total pacificação no estado: sentindo-se ainda perseguidos por Borges de Medeiros, muitos dos elementos oposicionistas passaram a ingressar no Exército ou a estabelecer ligações com a jovem oficialidade revolucionária, isto é, o grupo dos “tenentes”. Essas insatisfações acabariam confluindo com as rebeliões tenentistas que grassavam o país desde 1922.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CARONE, E. *República Velha*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FERREIRA FILHO, A. *Revoluções*; FRANCO, S. *Júlio*; LOVE, J. *Regionalismo*; MENDES JÚNIOR, A.; MARANHÃO, R. *República* (v.2,3); MOREIRA, R. *Assis Brasil* ; MOREIRA, R. *Borges de Medeiros*; PECHMAN, R. *Setembrino*; PESAVENTO, S. *Política* (n. 6, p. 273-295); PESAVENTO, S. *República* (p. 193-228); SILVA, H. 1922. TRINDADE, H. *Aspectos*.